

## HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DOS SABERES SUBALTERNOS: ANÁLISE INTRODUTÓRIA DOS AVANÇOS E DESAFIOS VIVENCIADOS PELA POPULAÇÃO NEGRA EM DIFERENTES CONTEXTOS E TEMPORALIDADES

### HISTORY AND HISTORIOGRAPHY OF SUBALTERN KNOWLEDGE: INTRODUCTORY ANALYSIS OF ADVANCES AND CHALLENGES EXPERIENCED BY THE BLACK POPULATION IN DIFFERENT CONTEXTS AND TIMES

**RESUMO:** Este trabalho procura analisar a importância dos avanços e desafios vivenciados pela população negra em diferentes contextos e temporalidades da história. Tendo em vista a Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de História e cultura africana e afro-brasileira no sistema educacional brasileiro, e que passados quase duas décadas da sua implantação, são constatadas imensas desigualdades entre brancos e negros. Sobretudo em decorrência do predomínio do ensino de história unilateral e eurocêntrico.

**PALAVRAS-CHAVE:** História e cultura afro-brasileira; protagonismo negro; Saberes subalternos.

**ABSTRACT:** This essay try to analyze the importance of development and challenges experienced by the black population in different contexts and temporalities of history. Based on the law 10.639/03, which made the teaching of African and Afro-Brazilian History and Culture mandatory in the Brazilian educational system, and that almost two decades after its implementation, immense inequalities between whites and blacks are observed. Especially as a result of the predominance of unilateral and Eurocentric history teaching.

**KEYWORDS:** Afro-Brazilian history and culture; black protagonism; Subaltern knowledge.

Apesar de passados quase duas décadas da implantação da Lei 10.639/03, conforme resultados de pesquisas, a História e cultura afro-brasileira continuam sendo estudadas de forma paulatina na Educação Básica e Ensino Superior.<sup>260</sup>

A África e a história afro-brasileira permanecem fortemente associadas aos conceitos de tráfico negreiro e escravidão. Assim, o protagonismo de homens e mulheres negros, ainda é uma “*presença ausente*” na historiografia ensinada nas escolas.<sup>261</sup>

Desse modo, mesmo possuindo muitas pesquisas em relação à África e a cultura afro-brasileira, a ênfase é dada para a história da Europa, pois o colonialismo e o racismo atuam de forma constante e ativa no imaginário social, fazendo com que certos preconceitos e discriminações a respeito da diversidade sejam considerados naturais.

<sup>260</sup> CERZER, Osvaldo Mariotto. **Diretrizes Curriculares para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena:** implementação e impactos na formação, saberes e práticas de professores de história iniciantes (Mato Grosso, Brasil). Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2015; COSTA, Cândida Soares da. **Educação para as Relações Étnico-Raciais:** planejamento escolar e literatura no ensino médio. Cuiabá: EdUFMT, 2013; HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula:** visita à história contemporânea. 2ª ed. São Paulo: Selo Negro, 2008; MUNANGA, Kabengele (Org). **Superando o racismo na escola.** 2ª ed. Brasília: MEC/BID/UNESCO, 2005.

<sup>261</sup> SILVA, Luzinete Santos. **A Aprendizagem de História e Cultura Afro-brasileira a partir das Narrativas de Estudantes do Ensino Médio da Rede Pública Estadual de Rondonópolis-MT.** 2018.239p. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2018.

A História única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história.  
262

As consequências da história única é a transformação dos sujeitos considerados inferiores pelos grupos dominantes, e da rotulação de seus territórios em lugares pobres, atrasados e sem cultura. Durante a colonização da América ocorreu um processo de redução identitária dos milhares de grupos indígenas e africanos em duas categorias: índios e negros. Segundo Spivak<sup>263</sup>, as generalizações das experiências e saberes dos povos subalternizados, colaboram para a manutenção da exclusão, invisibilidade e silenciamentos.

Entre o século XVIII até meados do século XX, os conhecimentos dos povos negros e indígenas foram de fundamental importância para garantir a permanência e sobrevivência dos colonizadores. Porém, a partir do final do século XX, eles passam a ser cada vez mais indesejados e invisibilizados, pois representam obstáculos contrários a manutenção, avanço e interesses do capital.<sup>264</sup>

Embora tenhamos as Leis 10.639/03 e 11. 645/08, a história e cultura afro-brasileira e indígena estão sendo inseridas de forma gradual nos livros didáticos e nas salas de aulas.<sup>265</sup> Em vista disso, a história do ocidente continua direcionando a história e cultura dos demais povos.

Conseqüentemente, a história da população negra segue associada em demasia à escravidão, e poucas temáticas são elencadas em relação ao protagonismo e ativismo. Assim, a maior parte do que sabemos sobre a África possui estereótipos e distorções, principalmente devido às informações repassadas pelas mídias, que conceituam o continente a partir da pobreza, violência, doenças, primitividade, selvageria, atraso, entre outros. Além disso, parte da produção científica em relação à África está desatualizada.

[...] Nesse sentido, a história da África deve ser reescrita. E isso porque, até o presente momento, ela foi mascarada, camuflada, desfigurada, mutilada. Pela “força das circunstâncias”, ou seja, pela ignorância e pelo interesse. Abatido por vários séculos de opressão, esse continente presenciou gerações de viajantes, de traficantes de escravos, de exploradores, de missionários, de procônsules, de sábios de todo tipo, que acabaram por fixar sua imagem no cenário da miséria, da barbárie, da irresponsabilidade e do caos. Essa imagem foi projetada e extrapolada ao infinito ao longo do tempo, passando a justificar tanto o presente quanto o futuro.<sup>266</sup>

<sup>262</sup> ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo da História única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p.14.

<sup>263</sup> SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

<sup>264</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. **Caminhos e Fronteiras**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

<sup>265</sup> MENDES, L.C.C.; VALÉRIO, M.E.; RIBEIRO, R.R.; **História dos Africanos e Afrodescendentes nos Livros Didáticos: guias e programas nacionais**. Fronteiras, v.18, p.143-168, 2016.

<sup>266</sup> KI-ZERBO, Joseph; (Orgs.). **História Geral da África**. Volumes I, VII e VIII. Brasília: Unesco, 2010, p.32.

Desse modo, a imensa diversidade africana é reduzida a categorias genéricas, e muitas informações são distorcidas e limitadas. Apesar disso, existem vários esforços para superar os estereótipos, tais como, as Leis 10.639/03 e 11. 645/08, a atuação dos movimentos negros, a formação de núcleos de pesquisas dentro das universidades, a implementação de ações afirmativas, as produções e publicações de muitas obras específicas. Entretanto, as ações ainda estão abaixo do que realmente precisamos para superar o preconceito, racismo e discriminação, pois possuímos muitas produções, mas continuam sem um direcionamento significativo.

É importante frisar que as abordagens de temas considerados sensíveis e complexos, continuam cercados por informações negativas e seus pesquisadores geralmente são desrespeitados e humilhados. Assim, falar de racismo, machismo, violência, patriarcado e gênero, tornam-se atos de coragem, ousadia e resistência.

Sendo assim, mesmo possuindo avanços na legislação e contarmos com inúmeras produções que valorizam a história e cultura africana e afro-brasileira, os conceitos tradicionais que abordam a população negra restrita ao tráfico negreiro e a escravidão, continuam dominantes nas escolas e no imaginário social. Com isso, naturalizou-se a inferioridade do negro e a superioridade do branco. As consequências são evidenciadas na expressiva desigualdade racial, e na consideração, validade e centralidade dos conhecimentos originários da Europa, em detrimento aos demais, especialmente os que são oriundos do continente africano e da cultura afro-brasileira.<sup>267</sup>

Resultados de pesquisas apontam a falta de conhecimentos dos estudantes em relação aos reinos africanos e a atuação de sujeitos históricos de origem negra. Por outro lado, temos a presença maciça do homem branco na historiografia. Sendo considerados símbolos de beleza, inteligência, sagacidade, conquista e empreendedorismo. Além disso, são denominados de heróis, colonizadores responsáveis pelo progresso, desenvolvimento, riqueza e civilização. Isso é evidente na constatação de que a maioria das ruas e prédios públicos das nossas cidades recebeu os nomes dos colonizadores e de indivíduos de famílias abastardas, majoritariamente de origem branca e europeia. Assim, quase não encontramos homenagens com nomes oriundos dos povos indígenas e negros.<sup>268</sup>

A população negra esteve presente e atuou ativamente na constituição da sociedade brasileira, porém, foi invisibilizada ou tratada simplesmente como mera coadjuvante. Em razão disso, algumas pesquisas iniciadas a partir da década de 1980, do século XX, em relação à história do tráfico

---

<sup>267</sup> PAIXÃO, Marcelo. **A Dialética do Bom Aluno**: relações raciais e o sistema educacional brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

<sup>268</sup> CRUZ, Paulo Divino Ribeiro da. **As Negras Raízes da Cultura Popular Mato-Grossense**. São Paulo: Plêiade, 2012.

negreiro, da escravidão e da colonização do Brasil, estão sendo conhecidas sob a luz da percepção de personagens históricos negros escravizados e/ou libertos que viveram no período da escravidão.<sup>269</sup>

Segundo Rösen:

O sujeito não se constituiria somente se aprendesse a história objetiva. Ele nem precisa disso, pois já está constituído nele previamente (concretamente: todo sujeito nasce na história e cresce nela). O que o sujeito precisa é assenorear-se de si a partir dela. Ele necessita, por uma apropriação mais ou menos consciente dessa história, construir sua subjetividade e torná-la a forma de sua identidade histórica. Em outras palavras: precisa aprendê-la, ou seja, aprender a si mesmo.<sup>270</sup>

A grande problemática é que não pode existir homogeneidade para explicar a história da colonização, porém, mesmo diante de significativos avanços, até o momento prevalece a dominação de uma história homogênea. Desse modo, a Europa é o referencial universal, e estudamos a história mundial a partir das categorias europeias.

[...] os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. [...].<sup>271</sup>

É nítida a manutenção da soberania teórica eurocêntrica sobre todas as outras histórias, que aparecem como variações da história europeia. Porém, devemos estar cientes que a chamada história quadripartite é inadequada para explicar a história africana e afro-brasileira, ou seja, não consegue compreender a diversidade.

Contudo, embora existam muitas barreiras que cerceiam a participação ativa dos sujeitos considerados subalternizados, eles possuem voz. O problema é que não conseguem falar ou serem ouvidos, pois estão envolvidos a estruturas que inviabilizam sua participação nos âmbitos econômicos, científicos, sociais, políticos e culturais.<sup>272</sup>

Em seu texto *“Pode o Subalterno falar?”*, a pesquisadora Spivak<sup>273</sup> afirma que o sujeito subalterno, enquanto heterogêneo e que ocupa o lugar periférico não pode, de fato, falar, pois não é ouvido. Sendo impedido de exercer o protagonismo pelas estruturas que mantêm viva a

<sup>269</sup> RIBEIRO, Renilson Rosa. A “cunha” Pós-Colonial no Currículo “Eurocentrado”: o que a Lei nº10. 639/03 tem a dizer para a historiografia do ensino de história no Brasil. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; FRONZA, Marcelo (Org). **Consciência Histórica e Interculturalidade: investigações em Educação Histórica**. Curitiba: W & A Editores, 2016, p.243-255.

<sup>270</sup> RÜSEN, Jörn. **História Viva: Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora UnB, 2010, p. 107.

<sup>271</sup> QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Clacso: Buenos Aires, 2005, p.118.

<sup>272</sup> KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó 2019.

<sup>273</sup> SPIVAK, 2010.

mentalidade do colonialismo. Por isso, a autora critica o discurso intelectual pós-colonial, que afirma que o ato de resistência do subalterno está atrelado ao discurso dominante. Isso é,

[...] reproduzir as estruturas de poder e opressão, mantendo o subalterno silenciado, sem lhe oferecer uma posição, um espaço de onde possa falar e, principalmente, no qual possa ser ouvido. [...].<sup>274</sup>

A autora questiona os conhecimentos constituídos pelos discursos do ocidente, em relação às representações produzidas no tocante aos sujeitos subalternos dos territórios coloniais. Para ela, muitas produções dos intelectuais contemporâneos, colaboram com os interesses econômicos do ocidente. Como consequência, causa a violência epistêmica, tornando o subalterno invisível e silenciado. Cooperando para que muitos intelectuais continuem a falar em nome do oprimido, reproduzindo as estruturas de poder e opressão.

Neste sentido, a forma como o subalterno é representado, colabora para a manutenção do imperialismo, consequentemente, da violência epistêmica cotidiana. Em vista disso, a autora convoca os intelectuais contemporâneos para combater a subalternidade, por meio da constituição de instrumentos para que os oprimidos possam se articular e serem ouvidos.

Vale ressaltar, que a conclusão de Spivak<sup>275</sup> de que o subalterno não pode falar, não deve ser interpretada no sentido literal, pois os sujeitos subalternizados podem falar. No entanto, sua história e cultura são desqualificadas e ofuscadas pelas estruturas dominantes. O problema consiste na questão do intelectual do primeiro mundo falar pelos sujeitos subalternos, do mundo colonizado.

[...] A idéia de que “progredimos” de cem anos para cá é, no mínimo, angelical e sádica: ela supõe ingenuidade e cegueira diante de tanta injustiça social, e parte também da estranha crença de que sofrimentos humanos intensos podem ser de alguma forma pesados ou medidos.<sup>276</sup>

É consistente e muito forte o colonialismo mental, econômico e cultural. Considerando, toda ciência que não foi produzida pelos europeus, como sendo de cunho misterioso e até mesmo obras de extraterrestres. Temos como exemplo algumas teorias conspiratórias que circulam em relação às pirâmides do Egito. Nesse sentido, Kilomba afirma que: “[...] conceitos de conhecimento, erudição e ciência estão intrinsecamente ligados ao poder e à autoridade racial [...]”.<sup>277</sup>

Afirmações e teorias que sugerem que os povos africanos não foram capazes de produzir conhecimentos, que precisou da interferência de supostos alienígenas ou povos considerados

---

<sup>274</sup> Ibid. , p.12.

<sup>275</sup> SPIVAK, 2010.

<sup>276</sup> CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte.** São Paulo, Cia. das Letras, 2011, p. 49.

<sup>277</sup> KILOMBA, 2019, p 50.

superiores, demonstram o quanto a população negra continua sendo rotulada, estigmatizada, primitivizada e tida como incapaz.

[...] Aos olhos do branco, o negro não tem resistência ontológica. De um dia para outro, os pretos tiveram de se situar diante de dois sistemas de referência. Sua metafísica ou, menos pretensiosamente, seus costumes e instâncias de referência foram abolidos porque estavam em contradição com uma civilização que não conheciam e que lhes foi imposta.<sup>278</sup>

Devido ao racismo as vozes negras são definidas como conhecimentos inválidos, enquanto pessoas brancas têm o poder de suas falas validadas e são consideradas “especialistas” para contar a história da população negra. A população negra sempre produziu conhecimento e vem lutando para fazer com que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas, entretanto, parte de seus trabalhos permanecem reclusos as margens, pois o centro é dominado pela branquitude. Por isso, é necessário “[...] *descolonizar a ordem eurocêntrica do conhecimento.*”<sup>279</sup>

É extremamente necessário quebrarmos as correntes que enaltecem somente as metodologias, temas e paradigmas eurocêntricos. Precisamos valorizar as epistemologias da diversidade, promovendo o discurso e a escrita de intelectuais negras (os).

Segundo Rösen,

[...]. É necessário haver orientações históricas, nas quais e com as quais os sujeitos expressem sua diversidade e sua contraposição a outros sujeitos. Com essas orientações, os sujeitos tornam-se próprios- recusam orientações prévias ou impostas e desenvolvem suas próprias orientações, que exprimem sua particularidade, sua diversidade, sua contraposição. Esse princípio da negação constitui o tópos da narrativa histórica crítica e o tipo de constituição narrativa de sentido que lhe corresponde.<sup>280</sup>

Com isso, poderemos acessar com maior nitidez e veracidade a imensa gama e dimensão dos conhecimentos de origem africana, principalmente aos seguintes aspectos: a diáspora, memória, a filosofia, a história, ciência, cultura, tecnologia, invenções, estratégias de sobrevivência e a luta pela liberdade e direitos. Como também, a participação e influência exercidas na política, na sociedade, na resistência, nas revoltas, negociações, na linguagem, nas artes, na economia, na saúde, na religião e na educação.

Segundo Billings<sup>281</sup>, a utilização de diferentes métodos permite a aquisição de conhecimentos com novos prismas, visto que, o sistema educacional e a mentalidade social ainda se encontram dominadas por padrões do colonialismo, racismo, eurocêntricos, que desqualificam a nossa

<sup>278</sup> FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EdUFBA, 2008, p. 104.

<sup>279</sup> KILOMBA, 2019, p.53.

<sup>280</sup> RUSEN, 2010, p.46.

<sup>281</sup> BILLINGS, Gloria Ladson. Discursos Racializados e Epistemologias Étnicas. In: DENZIN, Norman K; LINCON, YvonnaS. **O Planejamento na Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens**. 2ª ed. Porto Alegre: Artened, 2006.

diversidade humana, histórica e cultural, provocando e mantendo o epistemicídio. Tendo em vista que,

[...] a colonização trouxe fenômenos que ultrapassam a dominação política e econômica, ou ainda, essa dominação e opressão nunca foi dissociada de uma subjugação epistêmica, de injustiças culturais e intelectuais.<sup>282</sup>

A história da escravidão brasileira foi por muito tempo, pautada no escravo passivo e submisso, envolto de sofrimento, animalismo e violência. Reis e Silva<sup>283</sup> nos apresentam novas perspectivas, trazendo a história de personagens escravizados e libertos como protagonistas. Mostrando que o sistema escravocrata foi marcado por negociações, resistências e conflitos entre senhores e cativos. Em que os negros eram temidos e vigiados o tempo todo, e de que agiam com sagacidade para sobreviver da melhor forma possível diante dos mecanismos opressores do sistema escravocrata.

Os autores trazem exemplos de escravizados que mesmo com os corpos mutilados e marcados de cicatrizes, provenientes dos castigos, não se intimidavam e continuavam resistindo e fugindo dos seus alcoses para alcançar a liberdade.

Fugitivos costumazes existiam em cada fazenda, como o “descarado Ambrózio”, um carpinteiro de primeira de quem se queixa, amiudadas vezes, importante fazendeiro fluminense, ou como, em São Paulo, o crioulo Dionízio. Dionízio, 45 anos, “fala mansa e pausada”, “modos que demonstram humildade”, contava, em 1878, com um curriculum de mais de trinta fuga.<sup>284</sup>

Os livros didáticos costumam mostrar predominantemente imagens de escravizados sendo castigados ou executando algum serviço. No entanto, apesar de todo o sofrimento que o sistema impôs aos negros, eles conseguiram preservar suas raízes e resistir, por meio da luta, dança, cantoria, religiosidade, constituição de famílias, formação de quilombos, entre outros.

Apesar das barreiras raciais, homens e mulheres negros, resistiram das mais diferentes formas as atrocidades do sistema escravocrata e deixaram suas marcas na historiografia brasileira, tais como: Aqualtune, Aleijadinho, Tereza de Benguela, Mestre Valentim, Maria Firmina dos Reis, Luis Gama, Machado de Assis, Antonieta de Barros, Carolina de Jesus, Luiza Mahin, Andre Rebouças, Esperança Garcia, “Dragão do Mar”, Dandara de Palmares, Mohommah Gardo Baquaqua, Alufa Rufino, entre outros.<sup>285</sup>

<sup>282</sup> COELHO, Wilma de Nazaré Baía et al(Org). A Lei 10.639/2003: pesquisas e debates. São Paulo: Editora LF, 2014, 283p. (Coleção Formação de Professores Relações Étnico Raciais), p.31.

<sup>283</sup> REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravocrata.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>284</sup> Ibid. , p. 45.

<sup>285</sup> SANTOS, L. 2018.

Em suma, embora o sistema escravocrata tenha sido cruel e desumanizador em relação à população negra, eles também conseguiram sorrir, amar e demonstrar inúmeros sentimentos, não sendo meramente um objeto, animal, máquina e/ou mercadoria, conforme a ideologia dominante preconiza e propaga.

[...] os escravos instituíam seu próprio mundo mesmo sob a violência e as condições difíceis do cativo, sendo que a compreensão que tinham de sua situação não pode ser jamais reduzida às leituras senhoriais de tal situação. [...].<sup>286</sup>

Por isso, precisamos analisar e conhecer a escravidão sobre a ótica da população negra, pois assim iremos conhecer novos discursos, e tomar ciência de que eles agiam dia e noite para derrubar, driblar e/ou enfraquecer as barreiras operantes do sistema escravocrata.

É evidente que os senhores não tinham paz, pois os escravizados utilizavam constantemente diferentes estratégias para conquistar a liberdade e viver com certa dignidade. Em vista disso, como já mencionado, eram temidos e vigiados o tempo todo.

Tanto nas fazendas, como nas cidades, onde quer que existissem escravos, haviam as atuações negras para enfraquecer o regime e obter oportunidades significativas para a sobrevivência. Para isso, eles praticavam fugas, insurreições, paralisações das atividades, formação de quilombos, irmandades, suicídios, abortos, assassinatos, resistência cultural, revoltas, negociações, ameaças e silenciamentos.<sup>287</sup>

O silenciamento não significava a aceitação e submissão ao regime escravocrata, como já foi muitas vezes rotulado, mas uma forma de resistir e preservar a história, memória e cultura. Segundo Reis e Silva,<sup>288</sup> a mansidão e simpatia não foram sinônimas da ausência de luta, mas uma forma de sobreviver às dificuldades impostas aos escravizados. Eram táticas utilizadas para esconder ações subversivas e estratégias de oposição as barreiras raciais.

Assim como Reis e Silva (1989), o pesquisador Sidney Chalhoub<sup>289</sup> produziu estudos que traz a luz outros discursos acerca da escravidão, com a participação ativa dos escravizados e libertos. Para isso, o autor investigou no arquivo público do Rio de Janeiro, diversos processos judiciais, em que negras e negros moveram ações contra seus senhores, no intuito de obter a liberdade e/ou algum direito específico. Desse modo, ele destaca o protagonismo de sujeitos negros que enfrentaram seus senhores nos tribunais em busca de seus direitos. Muitos desses personagens denunciaram os maus

---

<sup>286</sup> CHALHOUB, 2011, p. 29.

<sup>287</sup> REIS; SILVA, 1989.

<sup>288</sup> Ibid., 1989.

<sup>289</sup> CHALHOUB, op. cit., 2011.

tratos sofridos, demonstrando o quanto desejavam serem tratados como seres humanos, e não meramente objetos e propriedades.

Um exemplo é a história da preta livre Maria Ana Bonfim, que saiu da Bahia e foi até o Rio de Janeiro, para procurar sua filha chamada Felicidade, que havia sido vendida para o sudeste e seu destino era ignorado. Com a ajuda do comerciante português Joaquim Guimarães, Maria conseguiu descobrir que sua filha estava em Minas Gerais. Com isso, em 1878, Maria entrou na justiça com uma ação que visava à libertação de Felicidade. Para conseguir viver juntas, mãe e filha tiveram que passar por inúmeras tribulações, principalmente, contraindo empréstimos e muitas dívidas.<sup>290</sup>

Além da História de Maria Ana Bonfim e sua filha Felicidade, os estudos de Chalhoub<sup>291</sup> apresentam uma série de outras experiências de escravizados e libertos lutando pela liberdade e/ou garantia de direitos, que haviam sido de certa forma, violados por seus senhores.

Ademais, temos em outras produções, a trajetória de vida do africano Rufino Jose Maria, que mostra as experiências, os sentimentos, o contexto e a movimentação dele no mundo atlântico. Mesmo sofrendo as agruras da escravidão, muitos homens e mulheres negros atuaram ativamente no mundo dominado pela branquitude e que fazia de tudo para desumanizá-los e massacrá-los.<sup>292</sup>

O tema do tráfico negreiro e da escravidão sob a ótica e voz dos próprios negros é uma forma de repensar e revisar essas temáticas a partir de novas perspectivas, abordagens e metodologias. Além de mostrar a riqueza das fontes estudadas, essas investigações oferecem outras evidências, reconstituindo atores sociais antes invisibilizados pela historiografia tradicional. É “*escovar a história a contrapelo*” e recusar seguir uma abordagem que sempre destacou os poderosos, brancos, europeus e seus descendentes.<sup>293</sup>

Para driblar, portanto, o “silêncio das fontes” acerca da experiência histórica dos negros na era pós-escravista, não existem fórmulas mágicas. Faz-se necessário desenvolver procedimentos novos (e rever os antigos) de tratamento dos corpus documentais, ousar, ser criativo, fazer uso de “descrições densas”, paradigmas abduativos e indiciários, cultivando um faro detetivesco e não desperdiçando nenhuma pista; manejar as estratégias e ferramentas de pesquisa com sensibilidade e uma dose de intuição, além, obviamente, de muita perseverança e paciência. São muitas as fontes que podem ser exploradas: desde as mais tradicionais – como as de caráter governamental, cartorial, judicial; registros paroquiais, civis, policiais; anais, atas, viajantes, cronistas, jornais, revistas – até as menos tradicionais, como literatura (romances, contos, poesias), iconografia (fotografias, gravuras, caricaturas, charges), registros artísticos (desenhos, pinturas, esculturas, monumentos), testemunhos

<sup>290</sup> CHALHOUB, 2011.

<sup>291</sup> *Ibid.*, 2011.

<sup>292</sup> GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José; CARVALHO, Marcus. África e Brasil entre margens: aventuras e desventuras do africano Rufino José Maria, c. 1822-1853. **Estudos afro-asiáticos**, ano 26, n. 2, 2004, pp. 257-302.

<sup>293</sup> BENJAMIM, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaio sobre literatura e história da cultura. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. (**Obras Escolhidas**, v.1), p. 225.

orais e audiovisuais (cinema, documentário, televisão e registros sonoros em geral). Já nos domínios da memória, é possível sugerir o trabalho com diários, autobiografias, poesias, contos, romances, textos memorialísticos, teatros, danças, músicas, práticas religiosas, monumentos, entre muitas outras fontes.<sup>294</sup>

Nesse sentido, Alexandra Lima da Silva<sup>295</sup> propõe o estudo de autobiografias de escravizados e libertos, que ainda são estudadas de forma incipientes no Brasil. Por meio delas podemos conhecer e compreender a história da escravidão e da pós-abolição sob a ótica da população negra. Ela enfatiza que os Estados Unidos e Inglaterra possuem publicados mais de 200 autobiografias de escravos livres. Enquanto no Brasil, são escassos tais materiais.

Segundo a referida autora, temos pouquíssimas autobiografias traduzidas em português. Sendo listadas somente as produções dos seguintes sujeitos históricos: Mohommah Gardo Baquaqua, Frederick Douglas, Booker Washington, Solomon Northup (narradas no livro e filme “12 anos de escravidão”), Juan Francisco Manzano, Josephine Bakhita, Israel Soares (narrada no livro “Rascunhos e perfis”) e Harriet Ann Jacobs (narrada no livro “ Incidentes na vida de uma menina escrava”).<sup>296</sup>

Sendo que até o momento, a única autobiografia escrita por um escravizado que viveu por algum tempo no Brasil, é a do africano Mohommah Gardo Baquaqua. Em 1845, ele foi capturado e trazido da África para o Brasil. E, em, 1847, conseguiu fugir para os Estados Unidos e conquistou sua liberdade. Em 1854, sua trajetória foi publicada pelo abolicionista estadunidense Samuel Moore.<sup>297</sup>

As autobiografias de libertos e escravizados são documentos preciosos de extrema relevância para a constituição da história e cultura africana e afro-brasileira, pois permite que possamos conhecer a população negra como agente da sua própria história, mesmo diante de toda a violência orquestrada e causada pelo sistema escravocrata.

Com a leitura das autobiografias, vislumbra-se a inserção do escravizado no universo da cultura letrada e da educação, e como o acesso à palavra escrita representou, para muitos, a oportunidade de “fazer comunicável sua memória e experiência”. Dar visibilidade ao processo de luta dos escravizados, também em busca de educação, configura parte da perspectiva que concebe o escravizado como agente e não mercadoria, coisa ou, apenas, força de trabalho braçal no “eito” (roça onde os escravos usavam a enxada na limpeza de uma plantação). Os escravizados não eram folhas em branco, mentes vazias sem ideias ou conhecimentos, porém mulheres e homens complexos, dotados de experiências, culturas, memórias, saberes e sentimentos.<sup>298</sup>

<sup>294</sup> GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio. **Da Nitidez e Invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil.** Belo Horizonte-MG: Fino Traço, 2013, p.71

<sup>295</sup> SILVA, Alexandra de Lima da. Folhas de ébano: (auto)biografias de escravizados e história. **História Hoje.** V.7,nº14, p.263-284, 2018.

<sup>296</sup> SILVA, A. 2018.

<sup>297</sup> SILVA, L. 2018.

<sup>298</sup> SILVA, A. 2018, p. 280.

Devemos trabalhar com a emancipação mental, cultural e política, a fim de que negros sejam incluídos de forma positiva na História da constituição da nossa sociedade. Para isso, devemos conhecer as narrativas históricas de homens e mulheres negros que viveram em diferentes contextos e temporalidades, abrangendo principalmente, o período escravocrata e o pós- abolição.

É importante frisar que, além das autobiografias, temos influentes intelectuais negros brasileiros do período escravocrata para serem conhecidos, tais como: Maria Firmina dos Reis, Machado de Assis, Luiz Gama, José do Patrocínio e Jose Ferreira de Menezes, entre outros. Possuímos também, muitos intelectuais negros de extrema relevância para entendermos a atuação do racismo no contexto brasileiro do pós-abolição, principalmente, na contemporaneidade. Entre eles (as) podemos destacar: Carolina Maria de Jesus, Milton Santos, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro, Conceição Evaristo, Abdias do Nascimento e Silvio Almeida.

Ademais, contamos com influentes obras de intelectuais negros da diáspora, tais como, Grada Kilomba<sup>299</sup> e Frantz Fanon,<sup>300</sup> que a partir de suas experiências pessoais investigam as consequências que a colonização causa na vida de homens e mulheres negros.

Em *“Pele Negra, Máscaras Brancas”*, Frantz Fanon<sup>301</sup> analisa a vida de um sujeito negro em um contexto racializado, no qual os sujeitos brancos ocupam os lugares de privilégios e poder. Assim, por meio de exemplos, o autor enfatiza o quanto as relações sociais estão marcadas pelas questões raciais. Mostrando que em todos os lugares que o negro frequenta, sempre é identificado pela sua cor da pele, que é classificada como inferior, enquanto a do branco é considerada superior.

Desse modo, o indivíduo negro é conceituado a partir de seu exterior. Mesmo que permaneça em silêncio e tente passar despercebido, por conta da cor da pele, ele é classificado e estigmatizado. Assim, o mesmo pode ter inúmeras qualificações, ser inteligente e galgar de uma posição social de destaque. Contudo, é a sua cor de pele que irá defini-lo.<sup>302</sup>

Ainda segundo Fanon,<sup>303</sup> por mais que tenha a propagação do discurso de que somos todos iguais, quando a relação entre brancos e negros tem a possibilidade de tornar-se um relacionamento amoroso, existe certa recusa, pois muitos abominam a ideia de estar associados aos considerados inferiores, muito menos gerar filhos dessas relações inter-raciais.

---

<sup>299</sup> KILOMBA, 2019.

<sup>300</sup> FANON, 2008.

<sup>301</sup> Ibid., 2008.

<sup>302</sup> Ibid., 2008.

<sup>303</sup> Ibid., 2008.

Dessa forma, o autor afirma que o negro é perseguido em razão da sua cor de pele. Por isso, o processo de colonização e racismo estabelece a desumanização e faz com que o negro utilize máscaras brancas. No entanto, por mais que fuja, abandonando a negritude e buscando aproximar-se da branquitude, o estigma irá segui-lo constantemente.<sup>304</sup>

Em “*Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*,” Grada Kilomba,<sup>305</sup> elenca suas experiências e de outras mulheres negras no mundo colonizado. Assim como Fanon,<sup>306</sup> a referida autora apresenta inúmeras situações e reflexões para que possamos compreender o racismo, o colonialismo e o poder exercido pela branquitude em relação ao conhecimento, a cultura e a linguagem. Além disso, enfatiza a importância de lutarmos contra as barreiras raciais.

Parece-me que não há nada mais urgente do que começarmos a criar uma nova linguagem. Um vocabulário no qual nós possamos todas/ xs/os encontrar, como condição humana.<sup>307</sup>

Kilomba<sup>308</sup> identifica o legado do colonialismo responsável pela desigualdade e violência impetrada na trajetória de vida da população negra. E como forma de superá-los, enfatiza a necessidade do reconhecimento de epistemologias que apresentem novas perspectivas teóricas e metodológicas. Bem como, a urgência de conhecermos e ouvirmos as vozes dos sujeitos subalternos.

## **Considerações Finais**

Apesar dos avanços com a implementação das Leis 10.639/03 e 11. 645/08, na Educação Básica e Ensino Superior, ainda são visíveis a presença do racismo, preconceito e colonialismo no imaginário social, nas escolas e academia. Esses fatores são comprovados anualmente com a divulgação do Atlas da Violência, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que revela a expressiva desigualdade entre brancos e negros.<sup>309</sup>

No entanto, mesmo diante das barreiras raciais, a população negra vem resistindo e sendo agente da sua própria história, conseguindo preservar a memória, identidade e conhecimentos ao longo do tempo.

---

<sup>304</sup> Ibid., 2008.

<sup>305</sup> KILOMBA, op. cit., 2019.

<sup>306</sup> FANON, op. cit., 2008.

<sup>307</sup> KILOMBA, 2019, p. 21.

<sup>308</sup> Ibid., 2019.

<sup>309</sup> IPEA. Atlas da Violência, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2021.

Em vista disso, Alexandra Lima Silva<sup>310</sup> reforça que uma das pautas de luta do campo das relações raciais, constitui na tradução e publicação de autobiografias de escravizados e libertos. Além disso, ter acesso as fontes produzidas por afro-brasileiros, tais como, trechos de suas experiências de vidas descritos em cartas, bilhetes, diários, testamentos, entre outros.

[...] Conhecer as trajetórias de escravizados é essencial no Brasil, onde a memória é um direito sistematicamente negado à maior parte da população afrodescendente. Descobrir e aceitar outras histórias é um exercício de introspecção, além do necessário questionamento sobre o processo de fazer calar a voz daqueles que resiste e defendem a constituição da própria identidade.<sup>311</sup>

O intuito não é substituir uma história pela outra, mas criar espaços onde sejam praticados diálogos de forma humanitária e com reciprocidade. Para Spivak,<sup>312</sup> uma das formas de superar as barreiras que impedem o protagonismo dos sujeitos subalternizados, é a prática da alternância do poder, criando diálogos de mão dupla. A autora propõe uma intervenção na historiografia contemporânea, buscando desafiar o discurso hegemônico, procurando constituir reflexões críticas que influenciem e transformem a nossa visão de enxergarmos o mundo atual. Para isso, é necessário que os intelectuais se questionem em relação ao lugar de onde estão ao teorizar “o outro”.

Embora tenhamos tido avanços importantes, e haja uma valorização da História e Cultura subalterna, Spivak<sup>313</sup> alerta que a literatura utiliza instrumentos ocidentais para compreender as experiências e saberes dos subalternos. Com isso, reproduz a opressão e violência. Por isso, não consegue fazer com que sejam totalmente representados e ouvidos. Desse modo, o intelectual não deve calar o oprimido, mas ser um instrumento por meio do qual eles possam ser ouvidos.

É essencial pensarmos a maneira que se dá a escuta da fala do subalterno, ou seja, analisar “o lugar de onde se ouve”. Por isso, é importante que o intelectual tenha consciência do seu lugar de fala, e busque criar espaços para que os sujeitos oprimidos possam ser ouvidos, ou seja, eles não devem falar pelo outro, mas empenhar-se em combater a subalternidade e sua normatização. Assim, criando espaços de articulações e diálogos mútuos e contínuos. Para isso, devem desvincular-se dos espaços de privilégios, empenhando-se em ouvir e aprender com o outro. Isso requer questionamentos e intervenções teóricas e práticas em nossos conhecimentos e nas ações cotidianas.

---

<sup>310</sup> SILVA, A. 2018.

<sup>311</sup> SILVA, A. 2018, p. 280 – 281.

<sup>312</sup> SPIVAK, 2010.

<sup>313</sup> Ibid., 2010.

Vale ressaltar que apesar dos avanços conquistados, sobretudo pela lei 10.639/03, muitos desafios precisam ser superados para desmistificar o papel de destaque da cultura escolar tradicional, que continua alicerçada por normas celetistas, classificatórias, discriminatórias, excludentes e eurocêntricas. Bem como, restrita a teorias, métodos, regras e fórmulas que foram impostas pelo colonialismo aos povos indígenas e negros.

Precisamos planejar e praticar ações para que a história e cultura de todos os povos sejam tratadas com respeito, dignidade e igualdade, afim de que possamos atingir a interculturalidade, o humanismo, a cidadania plena e a consciência da nossa própria identidade.

